

Sumário

<i>Lista de Acrônimos</i>	7
<i>Apresentação</i>	19
Capítulo 1 – Noções gerais: o direito internacional no século XXI	21
1. Distinção do direito internacional público	21
2. Sujeitos e atores de direito internacional.....	23
3. Características do direito internacional.....	24
4. Princípios gerais de direito internacional.....	25
5. O direito internacional contemporâneo: aumento da complexidade e internacionalização dos direitos.....	27

Parte I

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL

Capítulo 2 – Direito dos tratados	37
1. Noções gerais.....	38
1.1. Características gerais.....	40
1.2. Categorias e definições importantes.....	41
1.2.1. Definições comumente utilizadas.....	41
1.2.2. Categorias mais utilizadas: convenções, protocolos e troca de notas e suas diferentes acepções.....	42
1.2.3. <i>Gentlemen's agreement</i> e <i>modus vivendi</i>	44
1.3. Classificação dos tratados	45
2. Gênese dos tratados	47
2.1. Negociação dos tratados	47
2.1.1. Iniciativa da negociação.....	47
2.1.2. Envio de representantes diplomáticos e seus poderes.....	48
2.1.3. Multiplicação das fontes de inspiração na definição do conteúdo do direito internacional	52
2.1.4. Peculiaridades dos tratados multilaterais	54
2.1.5. Construindo o texto de um tratado	56

A) Preâmbulo.....	57
B) Dispositivo	58
C) Anexos.....	59
2.1.6. Adoção do texto	60
2.2. Engajamento dos sujeitos de direito internacional.....	63
2.2.1. Assinatura	63
2.2.2. Ratificação	66
A) Competências e procedimentos para a ratificação de tratados no Brasil	67
B) Engajamento do Executivo sem a participação do Legislativo.....	71
C) Incorporação de atos internacionais sem o consentimento do Estado	74
D) Engajamento parcial ou condicional a determinados tratados	77
I – Reservas	77
II – Declarações interpretativas.....	80
2.3. Engajamento em normas não obrigatórias: as <i>soft norms</i>	81
2.4. Internalização dos tratados no Brasil e seu valor normativo	85
2.4.1. Internalização dos tratados no Brasil.....	86
2.4.2. Valor normativo dos tratados.....	88
2.5. Depósito, registro, publicação e entrada em vigor dos tratados.....	97
3. Condições de validade dos tratados.....	99
3.1. Capacidade das partes.....	99
3.2. Objeto lícito.....	102
3.2.1. Incompatibilidade com o direito nacional dos Estados.....	102
3.2.2. Violação ao direito internacional: <i>jus cogens</i>	104
3.3. Consentimento livre.....	107
3.3.1. Erro	107
3.3.2. Dolo	109
3.3.3. Coação	109
3.3.4. Corrupção.....	110
3.4. Procedimento de invalidação do tratado	111
4. Exigibilidade e efetividade dos tratados	112
4.1. Limites e forma de cumprimento.....	113
4.1.1. Limite territorial.....	113
4.1.2. Limite temporal.....	116
4.1.3. Forma de cumprimento: a obediência ao princípio da boa-fé.....	117
4.2. Controle da efetividade dos tratados.....	119
4.2.1. Relatórios.....	119
4.2.2. Inspeções	121

4.2.3. Organizações Internacionais de controle.....	123
4.2.4. Medidas unilaterais positivas e negativas.....	124
5. Hermenêutica de tratados.....	126
5.1. Modalidades de interpretação.....	126
5.2. Regras básicas de interpretação.....	127
6. Incompatibilidade entre tratados.....	132
6.1. Soluções encontradas para a incompatibilidade de tratados.....	133
6.2. Soluções não encontradas pelo direito internacional.....	134
7. Modificação dos tratados.....	135
7.1. Modificação expressa.....	135
7.2. Modificação tácita.....	136
7.3. Especificidades dos tratados multilaterais.....	136
8. Extinção dos tratados.....	137
Capítulo 3 – Costumes e outras fontes não convencionais.....	145
1. Costumes.....	145
1.1. Natureza jurídica do costume internacional.....	146
1.2. Elementos do costume.....	147
A) Elemento objetivo ou material.....	147
B) Elemento subjetivo.....	148
C) Elemento espacial.....	152
1.3. Críticas aos costumes.....	153
1.4. Extinção do costume.....	154
2. Princípios gerais de direito internacional.....	154
2.1. Valor normativo dos princípios.....	155
2.2. Variação do reconhecimento dos princípios, conforme o ambiente jurídico.....	156
3. Atos unilaterais.....	160
3.1. Atos unilaterais das Organizações Internacionais.....	160
3.2. Atos unilaterais comuns entre os Estados e as Organizações Internacionais.....	162
4. Precedentes judiciais.....	165
5. A equidade e a doutrina.....	166

Parte II

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL

Capítulo 4 – O Estado sob a ótica do direito internacional.....	171
1. População.....	172
1.1. Conceitos fundamentais: população, nação e povo.....	172
1.1.1. População.....	172

1.1.2. Nação	173
1.1.3. Povo	175
1.2. Os nacionais.....	176
1.2.1. A liberdade do Estado na definição de seus nacionais	177
A) Nacionalidade: um atributo de pessoas físicas, mas extensível a pessoas jurídicas e coisas	179
B) Nacionalidade originária e derivada.....	182
1.2.2. Aquisição da nacionalidade brasileira.....	182
A) Brasileiros natos.....	183
B) Brasileiros naturalizados	186
C) Limitações à igualdade de direitos entre brasileiros natos e naturalizados.....	190
D) Dupla nacionalidade	192
E) Portugueses no Brasil	193
1.2.3. Perda da nacionalidade brasileira.....	194
1.3. Estrangeiros	196
1.3.1. Direito de permanecer no Brasil, com direitos iguais	196
A) Estrangeiro com visto.....	196
B) Direitos de asilo e de refúgio.....	198
1.3.2. Dever de sair do Brasil	199
A) Deportação.....	199
B) Expulsão.....	200
C) Extradicação	201
D) Entrega de nacionais ou de estrangeiros	209
1.4. Apátridas.....	210
2. Território	212
2.1. Expansão do domínio soberano sobre novos espaços territoriais.....	215
2.1.1. Ocupação efetiva	216
2.1.2. Conquista	220
2.1.3. Secessão.....	221
2.1.4. Cessão convencional	222
2.1.5. Fusão convencional.....	222
2.1.6. Decisão unilateral.....	223
2.1.7. Descolonização	224
2.2. Domínio do Estado no território terrestre	225
2.2.1. Rios	225
2.2.2. Mares e lagos	229
2.2.3. Ilhas fluviais ou lacustres	230

2.2.4. Divisores de águas	230
2.3. Domínio do Estado sobre as regiões marinhas.....	231
2.3.1. Mar territorial, zona contígua e zona econômica exclusiva.....	231
2.3.2. Estreitos ou canais.....	236
2.3.3. Ilhas e arquipélagos.....	237
2.3.4. Direito de passagem inocente.....	238
2.4. Domínio do Estado sobre o espaço aéreo.....	239
2.5. O patrimônio comum da humanidade.....	240
2.6. Exercício da jurisdição do Estado no território de outros Estados	243
3. Governo.....	246
3.1. Reconhecimento de um novo Estado.....	246
3.2. Reconhecimento de um novo Governo	251
3.3. Outras situações	254
3.3.1. Subdivisões políticas do Estado.....	254
3.3.2. Tipos especiais de personalidade internacional.....	256
3.3.3. Situações <i>sui generis</i>	257
4. Soberania estatal: uma introdução	259
4.1. Um apanhado sobre a noção clássica de soberania	259
4.2. Um apanhado sobre a visão contemporânea de soberania.....	263
5. Sucessão de Estados	270
5.1. Sucessão de Estados em relação aos tratados.....	273
5.1.1. Novos Estados independentes	274
5.1.2. Fusão de Estados	275
5.1.3. Dissolução do Estado em diversos Estados.....	276
5.2. Sucessão dos Estados em relação a bens, arquivos e dívidas.....	276
5.2.1. Transferência de bens.....	277
5.2.2. Transferência de arquivos	279
5.2.3. Transferência de dívidas.....	279
5.3. Outras situações	280
Capítulo 5 – Organizações Internacionais	285
1. Criação de uma Organização Internacional.....	286
1.1. Personalidade jurídica.....	286
1.2. Motivação dos Estados.....	290
2. Funcionamento da Organização Internacional.....	293
2.1. Estruturas mais comuns.....	293
2.2. Membros.....	295
2.3. Capacidades institucionais.....	297
2.4. Competências institucionais.....	302

2.5. Relação entre a ordem jurídica nacional e institucional	307
2.6. Procedimento de tomada de decisão.....	310
2.7. Controle dos atos das Organizações Internacionais.....	311
3. Extinção e sucessão de Organizações Internacionais.....	312
4. Visão geral sobre algumas Organizações Internacionais mais relevantes.....	312
4.1. Organização das Nações Unidas.....	313
4.1.1. Membros.....	313
4.1.2. Principais estruturas	314
A) Assembleia Geral	315
B) Conselho de Segurança	317
C) Conselho Econômico e Social.....	319
D) Conselho de Tutela	319
E) Secretário-Geral.....	320
4.1.3. Sistema onusiano	321
4.2. Organização Mundial do Comércio	321
4.2.1. Membros.....	322
4.2.2. Principais estruturas	322
A) Conferência ministerial.....	322
B) Órgão de Revisão de Políticas Comerciais	323
C) Órgão de Solução de Controvérsias.....	323
D) Conselho Geral	323

Parte III

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS ESTADOS

Capítulo 6 – Relações diplomáticas e consulares	331
1. Relações diplomáticas.....	332
1.1. A missão diplomática.....	334
1.1.1. Missão permanente.....	334
1.1.2. Missão especial ou temporária	337
1.2. O pessoal da missão diplomática.....	338
1.3. O local da missão diplomática.....	340
1.4. As funções da missão diplomática.....	341
1.5. Imunidades e privilégios diplomáticos	342
1.5.1. Imunidades pessoais de natureza tributária	346
1.5.2. Imunidades de natureza trabalhista	347
1.5.3. Imunidades da missão diplomática.....	348
1.5.4. Imunidade de jurisdição e de execução	351
1.5.5. Duração das imunidades e extensão aos familiares dos membros da missão	359

1.5.6. Privilégios	360
1.6. Relações diplomáticas e Organizações Internacionais	361
2. Relações consulares.....	363
2.1. A repartição consular	364
2.2. O pessoal da repartição consular	365
2.3. As funções da repartição consular.....	366
2.4. Privilégios e imunidades consulares.....	367
3. Ruptura das relações diplomáticas e consulares	369
4. Breves considerações sobre a carreira diplomática no Brasil	370
Capítulo 7 – Sistemas regionais de integração	375
1. Modalidades de integração regional	375
2. Reconhecimento pelo direito internacional econômico.....	377
3. Alguns sistemas regionais de integração.....	381
3.1. Mercado Comum do Sul (Mercosul)	381
3.1.1. Criação, evolução da composição dos membros e natureza jurídica ..	381
3.1.2. Estruturas administrativas comuns.....	383
A) Foros de caráter executivo: o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum e a Secretaria Administrativa.....	383
B) Foros de caráter legislativo: Parlamento do Mercosul	385
C) Foros de caráter judiciário: o Tribunal Arbitral <i>ad hoc</i> e o Tri- bunal Permanente de Revisão	385
D) Foro de participação da sociedade: foro consultivo econômico- -social	388
3.2. União Europeia.....	388
3.2.1. Criação, evolução da composição dos membros e natureza jurídica ..	388
3.2.2. Estruturas administrativas comuns.....	391
A) Foros de caráter executivo: Conselho Europeu e Comissão Europeia	391
B) Foros de caráter legislativo: Conselho da União Europeia e Parlamento europeu	392
C) Foros de caráter judiciário: Tribunal Geral, Tribunal da Função Pública, Tribunal de Contas e Tribunal de Justiça	394
D) Foros de participação da sociedade e das regiões: Comitê Eco- nômico-Social Europeu e Comitê das Regiões	395
E) Instituições financeiras de suporte: Banco Central Europeu e Banco Europeu de Investimentos	396

Parte IV

SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

Capítulo 8 – Responsabilidade internacional dos Estados	401
1. Ato passível de responsabilização.....	403
1.1. Ação ou omissão	403
1.2. Ato ilícito ou não proibido	404
1.3. A ação ou omissão do Estado ou de uma Organização Internacional	407
1.3.1. Atos do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário	407
1.3.2. Negação de justiça	412
1.3.3. Atos de particulares.....	413
1.3.4. Insurreições, revoltas e guerras.....	415
2. Dano	417
2.1. Natureza do dano	417
2.2. Gravidade do dano	418
2.3. Vítimas dos danos	420
3. Nexo de causalidade e imputabilidade	424
3.1. Nexo de causalidade	424
3.2. Imputabilidade	425
4. Gradação da responsabilidade internacional: outros elementos importantes.....	426
5. Causas de exclusão da ilicitude	427
6. Esgotamento das instâncias internas e o foro internacional competente	430
7. Reparação do dano	432
8. Novas tendências: responsabilidade objetiva, socialização dos danos e temas de interesse comum da humanidade	433
Capítulo 9 – Soluções pacíficas de controvérsias.....	439
1. Instrumentos não jurisdicionais de solução de controvérsias.....	440
1.1. Negociação diplomática.....	441
1.2. Bons ofícios.....	442
1.3. Mediação.....	443
1.4. Investigação	443
1.5. Conciliação	444
2. Instrumentos jurisdicionais de solução de controvérsias	445
2.1. Arbitragem.....	446
2.2. Cortes internacionais	448
2.2.1. Pressupostos processuais comuns: legitimidade das partes e interesse de agir (<i>locus standi</i>).....	451
A) Legitimidade das partes.....	451
B) Interesse de agir (<i>locus standi</i>)	452

2.2.2. Problemas de coerência entre o direito aplicável pelas Cortes internacionais	453
3. Solução de controvérsias comerciais na Organização Mundial do Comércio	455
3.1. Competências	457
3.1.1. <i>Ratione personae</i>	457
3.1.2. <i>Ratione materiae</i>	458
3.2. Aspectos processuais	459
3.2.1. Consultas	459
3.2.2. Paineis	460
3.2.3. Apelação	463
A) Apelação da parte	464
B) Reação do Órgão de Apelação	464
C) Reação das demais partes	465
D) Audiências	465
E) Decisão	465
3.2.4. Implementação da decisão	466
3.2.5. Compensações em caso de não implementação	467
3.2.6. Particularidades do processo em relação à participação de atores privados	468
3.2.7. O adensamento de juridicidade nas soluções de controvérsias econômicas	469
4. Solução de controvérsias na Corte Internacional de Justiça	471
4.1. Competências	472
4.1.1. <i>Ratione personae</i>	472
4.1.2. <i>Ratione materiae</i>	473
A) Competência prevista em tratados	473
B) Competência aceita pelos Estados em casos específicos	474
C) Competência aceita de forma genérica para determinados temas	475
4.2. Aspectos processuais dos contenciosos	476
4.3. Aspectos processuais dos pareceres consultivos na CIJ	482
4.4. Particularidades do processo em relação à participação de atores privados	484
5. Solução de controvérsias na Corte Interamericana de Direitos Humanos	486
5.1. Competência	486
5.1.1. <i>Ratione personae</i>	486
5.1.2. <i>Ratione materiae</i>	486
5.2. Aspectos processuais dos contenciosos	487
5.3. Aspectos processuais dos pareceres consultivos	489

6. Breves considerações sobre outras Cortes internacionais.....	489
6.1. Tribunal de Justiça da União Europeia.....	490
6.2. Corte Europeia de Direitos Humanos.....	490
6.3. Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul	491
Capítulo 10 – Mecanismos de pressão e o uso da força	493
1. Contramedidas.....	494
1.1. Retorsão	494
1.2. Represália.....	496
1.3. Institucionalização das contramedidas	497
2. O uso lícito da força.....	500
2.1. O uso da força em casos de legítima defesa	501
2.2. Segurança coletiva	506
2.2.1. Características gerais	507
2.2.2. Manutenção da paz, restauração da paz e reconstrução da paz	511
2.3. Direito de ingerência humanitária	513
2.4. Direito humanitário	518
<i>Índice Remissivo.....</i>	<i>523</i>
<i>Índice de Casos Citados.....</i>	<i>551</i>